

As fontes coloniais portuguesas na perspectiva do historiador

Cláudia Castelo
IICT

As fontes primárias são a matéria-prima por excelência do trabalho historiográfico. A produção de conhecimento sobre o colonialismo português em África, nos séculos XIX e XX, depende do acesso a fontes primárias produzidas naquele contexto histórico, isto é, a fontes que espelhem de alguma maneira as ideias e as práticas do chamado «terceiro império colonial português»¹. Essas fontes são de natureza muito variada, nomeadamente quanto à titularidade, à origem, ao tema e ao suporte. Nesta pequena nota não é possível mencionar e caracterizar de forma sistemática e exaustiva todas as fontes coloniais; destacam-se apenas as mais relevantes e tecem-se breves considerações sobre os seus usos.

À guarda de arquivos definitivos públicos, destacam-se a correspondência de governadores e demais documentação relativa ao século XIX, organizada por áreas geográficas, e os fundos do Ministério das Colónias/do Ultramar e dos organismos sob a sua dependência, que pertencem ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)². Uma parte menos significativa da documentação do Ministério do Ultramar encontra-se noutros arquivos ou serviços públicos, nomeadamente no Arquivo Histórico Diplomático (AHD), e dispõe de um instrumento de descrição que está acessível na internet³. Prevê-se que o

1 Convencionou-se chamar 3.º império colonial português ao império africano de Portugal, entre 1825 e 1975, uma vez que sucedia ao 2.º império – das plantações e minas do Brasil –, que por sua vez tinha sucedido ao império comercial do Oriente (vd. Gervase Clarence-Smith, *O terceiro império português (1825-1975)*, Lisboa: Teorema, 1990 [1985], p. 9-10). Além de colónias em África (Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe), compunham este terceiro império, Goa, Damão e Diu na Índia (até 1961), Macau e Timor.

2 Nos arquivos históricos nacionais dos países africanos de língua portuguesa encontram-se os fundos documentais produzidos pelos governos coloniais e organismos dependentes.

3 A consulta pode ser feita no portal Inventário dos Arquivos do Ministério do Ultramar (disponível em: <http://arquivos.ministerioultramar.holos.pt>). Trata-se de um projecto concebido e dirigido por José Mattoso e BSAFE (José Maria Salgado e Rita Almeida de Carvalho) com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian.

arquivo do Ministério do Ultramar no AHU também venha a ser inventariado e disponibilizado em linha. O que tem vindo a ser disponibilizado na plataforma «Arquivo Científico Tropical Digital» são as fotografias da Agência Geral do Ultramar⁴, produzidas nomeadamente por organismos de propaganda das colónias, e que também pertencem ao acervo do AHU.

Os historiadores poderão encontrar documentos que directa ou indirectamente espelham a actividade da administração colonial ou, em geral, o ‘colonialismo em acção’ em fundos documentais de outros organismos estatais (por exemplo, no Arquivo Histórico Militar, no Arquivo Histórico da Marinha, na correspondência oficial relativa ao ultramar no Arquivo Oliveira Salazar⁵); em arquivos de personalidades que exerceram cargos coloniais, seja à guarda de entidades privadas (por exemplo, no caso de Norton de Matos, na Casa da família em Ponte de Lima; no caso de Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, na Fundação Mário Soares⁶) seja de entidades públicas (por exemplo, o arquivo de Henrique Paiva Couceiro, doado por um descendente à Torre do Tombo); ou em arquivos de empresas, à guarda de entidades privadas (os arquivos da Sociedade Agrícola do Cassequel ou da Companhia Angolana de Agricultura, no Arquivo Histórico do Banco Espírito Santo) ou públicas (o arquivo da Diamang – Companhia de Diamantes de Angola, na Universidade de Coimbra⁷); em arquivos de congregações religiosas católicas e protestantes, que tiveram missões nas colónias portuguesas; etc.

Dentro da categoria de fontes coloniais também se incluem as publicações editadas pelo Ministério das Colónias / do Ultramar e organismos dependentes, nomeadamente pela Agência Geral das Colónias / do Ultramar, onde avultam o *Boletim Geral das Colónias / do Ultramar*, os discursos ministeriais, as obras de propaganda e a produção doutrinária e legislativa, e pela Comissão de Cartografia / Junta de Investigações Coloniais / do Ultramar (cartas geográficas, revistas e monografias científicas em diversas áreas do conhecimento); as publicações da Sociedade de Geografia de Lisboa; as actas de congressos coloniais; os debates parlamentares sobre a questão colonial⁸; jornais e

4 Disponível em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUAGU>

5 O Arquivo Oliveira Salazar está disponível na Torre do Tombo e o inventário pode ser consultado através do Digtarq. A descrição da subsecção Ultramar da secção correspondência oficial está disponível em: <http://digtarq.dgarq.gov.pt/details?id=3895913>

6 O inventário do fundo Sarmiento Rodrigues pode ser consultado no portal Casa Comum, disponível em: http://casacomum.net/cc/arquivos?set=e_3149

7 O site Diamang Digital é um projecto de digitalização e disponibilização em linha de materiais documentais, fotográficos e fonográficos da Diamang. É possível fazer pesquisa em: <http://www.diamangdigital.net/index.php?module=diamang>

8 Além de poderem ser consultados na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca da Assembleia da República, os debates parlamentares estão disponíveis

revistas publicados na metrópole sobre assuntos coloniais; a imprensa das colónias; a literatura de ficção colonial; as narrativas autobiográficas de antigos colonos e outras «memórias coloniais»; as colecções de fotografia colonial; o cinema colonial (ficção e documentário). A esmagadora maioria das fontes escritas impressas está disponível na Biblioteca Nacional de Portugal e noutras bibliotecas beneficiárias do depósito legal, assim como nalgumas bibliotecas universitárias. As fontes fotográficas são, em muitos casos, de privados. Já os filmes estão, em regra, no Arquivo Nacional de Imagens em Movimento.

As fontes coloniais relativas ao período contemporâneo constituem um universo muito vasto, diversificado e heterogéneo. O historiador dificilmente poderá ser exaustivo na sua identificação e sistemático no seu tratamento. Em função do seu objecto de estudo, ou melhor, num processo dialéctico entre o objecto e as fontes disponíveis, terá de construir um *corpus* documental manejável. Trata-se de escolher, relacionar e dar uma nova inteligibilidade às fontes. É uma ilusão pensar que os arquivos são conjuntos de documentos produzidos e acumulados em *processo natural* pela burocracia do Estado ou de outras entidades colectivas ou individuais. São sempre “tecnologias de governo”⁹, construções intencionais e contingentes, historicamente situadas. Não há fontes verdadeiras, objectivas ou neutras, mesmo quando são autênticas. Onde historiador não pode limitar-se a extrair e a compilar dados empíricos ou a analisar o conteúdo informativo de cada documento *per se*; tem de olhar à sua forma e sobretudo ao seu contexto de produção e de circulação, tem de fazer a crítica das fontes, cruzá-las, confrontá-las entre si, atentar aos que se passa à margem, ter “sensibilidade etnográfica”¹⁰.

As fontes coloniais acabam por reflectir de forma mais imediata uma parte da realidade, sobretudo o ponto de vista e a acção da potência colonial e seus agentes no terreno – da máquina administrativa (civil, judicial, militar) nas suas sucessivas instâncias hierárquicas, das empresas, dos colonos, de técnicos e cientistas metropolitanos. Mas não se esgotam aí, não traduzem uma narrativa única e, sobretudo, não impõem ao historiador um só caminho. No rescaldo das independências africanas, houve quem se esforçasse por ler as fontes coloniais ‘do avesso’ para conseguir extrair o (silenciado) ponto de vista dos colonizados. Na historiografia portuguesa a desconfiança relativamente às fontes coloniais não levou à criação de novas fontes num processo cooperativo com os ex-em: <http://debates.parlamento.pt/?pid=mc> Uma selecção, antecedida de enquadramento histórico e análise em: Valentim Alexandre, *A questão colonial no Parlamento*, Vol. I 1821-1910, Lisboa, D. Quixote/DEAR, 2008; e Maria Cândida Proença, *A questão colonial no Parlamento*, Vol. II 1910-1926, Lisboa, D. Quixote/DEAR, 2008.

9 Ann Laura Stoler, *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense*, New Jersey: Princeton University Press, 2009, p. 20.

10 Como Ann Laura Stoler sugere aos estudantes do colonialismo no artigo “Colonial Archives and the Arts of Governance”, *Archival Science*, 2, 2002, p. 109.

colonizados, recorrendo à metodologia da história oral. E só recentemente se vem reconhecendo que as fontes coloniais não nos impõem a reprodução acrítica das categorias e distinções culturais inerentes ao sistema colonial. Porque a escrita da história é um espaço e um exercício de liberdade.